



A CNM está  
preparando  
mais uma  
**Marcha a Brasília:**

você é nosso convidado para  
o diálogo que vai fortalecer o  
municipalismo brasileiro.



# VIII MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

FEDERALISMO: COMPETÊNCIAS E FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O FORTALECIMENTO DO PODER LOCAL

## Documento histórico:

tudo sobre a VII Marcha, opinião dos ministros, agenda de reivindicações, Carta de Brasília e as conquistas municipalistas.



## Amigo Municipalista,



FOTO: KENIA RIBEIRO

A Confederação Nacional de Municípios - CNM tem satisfação em convidar para a realização do maior evento municipalista brasileiro, a VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que se realizará no período de 07 a 10 de março de 2005, no hotel Blue Tree Park, em Brasília.

O tema central do evento será a discussão do papel do Município dentro do modelo federativo brasileiro, suas competências e como se dará o financiamento das mesmas para a redução das desigualdades sociais em nosso País.

O evento contará com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos - FNP, da Associação Brasileira de Municípios - ABM e das Federações e Associações Estaduais e Microrregionais de Municípios. Nesse importante momento político do País, precisamos unir esforços para consolidar a posição do Município como ente federado e definir um novo Pacto Federativo que, por meio do diálogo, busque a cooperação entre os diferentes níveis de governo para solução dos principais problemas da sociedade brasileira.

A VIII Marcha dará continuidade ao novo modelo estabelecido entre o Governo Federal e os Municípios, iniciado com a VI Marcha, em 2003. Em 2005, estarão presentes, mais uma vez, parlamentares, secretários municipais e estaduais, prefeitos, presidentes de federações e associações de Municípios, Ministros de Estado, governadores e o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Os painéis abordarão questões como saúde, educação, meio-ambiente, agricultura, saneamento, e desenvolvimento urbano, assistência social, modernização administrativa e turismo. Também recebem destaque na VIII Marcha a relação com o Congresso Nacional e a conclusão de votação de projetos fundamentais para o municipalismo.

A programação definitiva e oficial do evento será enviada em breve. Apresentamos nas próximas páginas o histórico da última Marcha, realizada no ano passado, e o pré-programa do evento para 2005.

Sua presença é fundamental, esteja conosco em Brasília!

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Ziulkoski'.

Paulo Ziulkoski  
PRESIDENTE DA CNM

### Agende-se

Faça sua inscrição no sítio [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br) ou com a ficha que segue anexa a este convite. Mais informações pelo telefone (061) 2101-6655 ou [marchabrasilia@cnm.org.br](mailto:marchabrasilia@cnm.org.br).

**3.621**  
municipalistas

---

**392** deputados federais

**1.983**  
prefeitos

---

**284** deputados estaduais

**258**  
jornalistas

---

**687** vereadores

**14**  
ministros

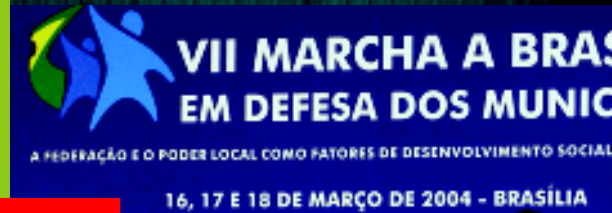
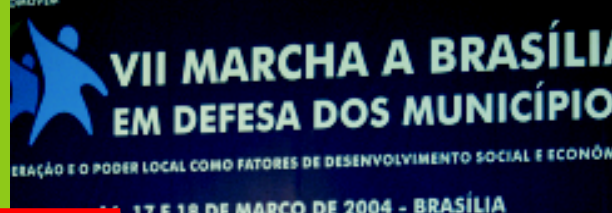
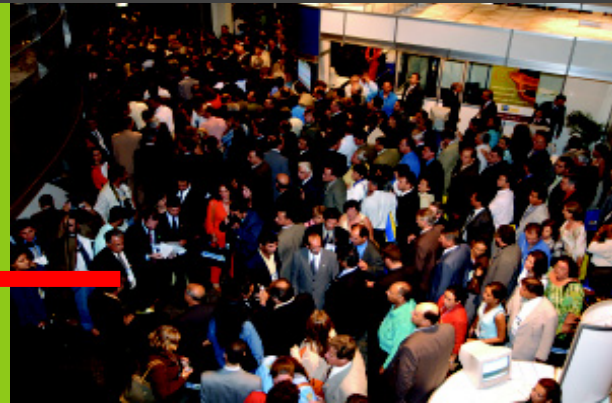
---

**951** secretários municipais

**2**  
governadores

---

**8** secretários de estado



# A Marcha, segundo os ministros

Unanimidade:  
ministros  
presentes à  
VII Marcha  
concordam com  
a importância  
do movimento  
municipalista e  
da VII Marcha  
para o  
aperfeiçoamento  
da democracia e  
da relação dos  
Municípios com  
o poder central.  
Quem ganha,  
é o cidadão.



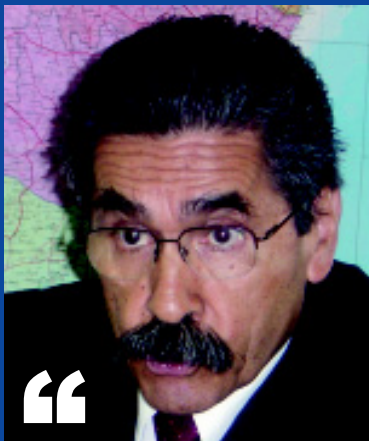
É um momento em que há convergência de propósitos no sentido em que é nos Municípios que a vida se realiza, tanto do ponto de vista da educação como dos processos sociais e há sensibilidade do Governo Federal para esse aspecto, de que os Prefeitos têm sob sua responsabilidade as demandas mais imediatas da sua população. O encontro faz com que aqueles que são governantes na responsabilidade do poder público federal se aproximem cada vez mais da população.”

**Marina Silva**  
Ministra do Meio Ambiente



É muito importante porque, além de ser um ponto de se discutir os grandes problemas nacionais, a situação dos Municípios, como fazer com que a qualidade de vida dos Municípios melhore. Isso ajuda a orientar todas as políticas públicas como a da resposta das necessidades dos Municípios no Brasil. Estando organizadas estas necessidades. Funciona melhor o debate se tem condições de ter prioridades nacionais bem traçadas.”

**Agnelo Queiroz**  
Ministro do Esporte



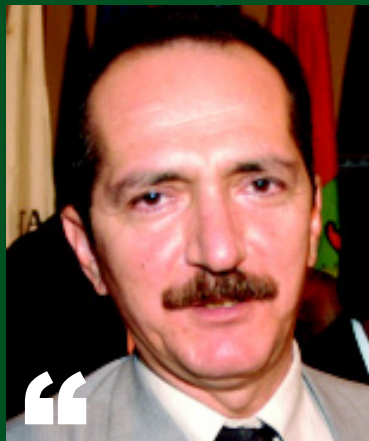
FERNANDA BARRETO/MINISTÉRIO DAS CIDADES

Esta Marcha celebra importantes vitórias e apontando para muitas coisas que a gente ainda vai aperfeiçoar.

Desenvolver enfrentamentos comuns entre União, Estados e Municípios, a problemática urbana, principalmente moradia, saneamento e o trânsito no espaço urbano.

Já conquistou-se mais recursos no ano passado, no próprio PPA já tem previsão. No orçamento deste ano teremos mais recursos do que em 2003, mas queremos ter mais recursos anualmente, progressivamente. Isso é um trabalho comum que essa relação federada qualificada vai possibilitando avanços.”

**Olívio Dutra**  
Ministro das Cidades

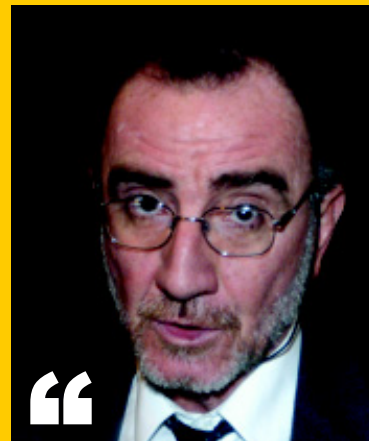


DIVULGAÇÃO

Enfrentaremos com profundidade e com sentido de permanência as dificuldades dos Municípios com a retomada do crescimento da economia.

Nós temos negociado permanentemente com os Municípios os caminhos para solucionar essas dificuldades.”

**Aldo Rebelo**  
Ministro chefe de  
Coordenação Política e  
Assuntos Institucionais



DIVULGAÇÃO

Considero da maior importância uma Marcha como esta porque o Brasil, depois da Constituição Federal de outubro de 1988, conferiu aos municípios um espaço político, jurídico administrativo e também financeiro como jamais tivemos na história do nosso país. Certamente é um dos maiores reconhecimentos do mundo em termos de participação dos municípios no pacto federativo.”

**Patrus Ananias,**  
Ministro de  
Desenvolvimento Social e  
Combate à Fome

# Agenda de reivindicações

## Reprodução da Carta da VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios:

Os Municípios entendem que, agora, é necessário estabelecer não apenas uma pauta de reivindicações, mas principalmente, uma agenda de responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o enfrentamento do desafio do desenvolvimento, para a redução das nossas desigualdades e promoção da equidade, para o fortalecimento da democracia e para o atendimento das demandas da sociedade brasileira. Os Municípios se colocam como parceiros do Estado e da União na construção e efetivação desta agenda:

### Situação de Emergência e Enchentes

---

- agilizar a recriação da Sudene, com a garantia da participação dos Municípios
- agilizar a liberação de recursos para atendimento aos Municípios em situação de emergência;
- mudar ou flexibilizar critérios para a recuperação de casas danificadas.

### Educação

---

- cumprimento do disposto no §1º do art. 6º da Lei Nº 9.424/96 no momento da definição do valor anual por aluno para o Fundef;
- aumento do valor per capita do programa nacional de alimentação escolar, do Fnde, congelado em R\$ 0,13/aluno desde 1995, mantendo o mesmo valor para os alunos do ensino fundamental e pré-escolar do ensino público e das instituições filantrópicas atendidas pelo programa;
- inclusão da representação dos Municípios pelas entidades nacionais de Prefeitos na discussão da definição de novos mecanismos de financiamento para a educação básica.

### Saúde

---

- aumento dos recursos para financiamento do Sistema Único de Saúde, com efetiva aplicação EC nº 29/00, e a elaboração de lei federal, projetando o financiamento da saúde para o período após 2004;
- reajuste de, no mínimo, 100% nos valores pagos por procedimentos, básicos de média e alta complexidade nas tabelas SAI/SUS e SIH/SUS, e conseqüente reajuste dos respectivos tetos dos estados e Municípios;
- reajuste do incentivo federal para implantação de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), como ferramenta na estruturação da atenção básica e da organização do acesso ao serviço público de saúde;
- repasse livre dos recursos federais e estaduais, fundo a fundo, para os Municípios de forma a garantir o princípio da autonomia, sobre o controle do gestor e do seu conselho municipal de saúde.

### Previdência

---

- prorrogação do prazo para a compensação previdenciária por, pelo menos, mais cinco anos;

- reabertura do prazo para o parcelamento das dívidas dos Municípios com o INSS, com prazos de 240 meses, com correção pela TJLP;
- retirada dos dispositivos da medida provisória 167/04 que fixa o percentual mínimo de contribuição patronal em 11%.

### **Gestão Administrativa**

---

- desenvolvimento de ações integradas entre o governo federal e os Municípios visando o desenvolvimento, o compartilhamento e a integração de aplicativos para a melhoria da gestão pública brasileira;
- facilitar o acesso ao financiamento de programas de melhoria da gestão administrativa e financeira aos governos municipais;
- criação de um programa do Governo Federal para implantar uma política de gestão dos servidores municipais.

### **Saneamento**

---

- manutenção da titularidade do Município;
- arquivamento definitivo do PL 4147/01;
- instituição do Sistema Nacional de Saneamento;
- financiamento - garantia de um percentual fixo de recursos do Fgts destinado às ações de saneamento.

### **Segurança Pública**

---

- aplicar de forma efetiva o novo Sistema Nacional de Segurança Pública, reunindo em torno de uma política comum e negociada nas três instâncias federativas, de forma integrada, objetivando a melhoria da segurança pública.

### **Meio Ambiente**

---

- definição de uma política nacional de resíduos sólidos e saneamento ambiental de forma integrada para todo o país (água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem, controle de vetores);
- participação da CNM no Conama;
- habilitação dos Municípios para a gestão ambiental.

### **Trânsito e Transporte Público**

---

- participação dos Municípios no Sistema Nacional de Trânsito;
- elaborar de forma conjunta com os estados e com a União, projetos e programas que torne mais fácil e barato o acesso ao transporte público, bem como, melhorar a qualidade na prestação desse serviço para a população;
- participação dos Municípios na inspeção técnica veicular.

# Agenda de reivindicações

## Reprodução da Carta da VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios:

### Financiamento

---

- isenção do IPI e ICMS para máquinas e equipamentos de uso das Prefeituras;
- estudar e implementar condições institucionais a fim de favorecer o acesso a créditos pelos municípios cujas finanças estejam bem organizadas e equacionadas, de forma a permitir o investimento público que contribui para o crescimento do país e para a geração de empregos;
- revisão da base de cálculo do Pasep.
- financiamento de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos Municípios para o fomento do desenvolvimento regional e do processo de inclusão digital.
- geração de emprego e renda - definir linhas de aporte de recursos oriundos do FAT para empréstimos às atividades dos empreendedores formais e informais;
- fazer modificações na legislação de maneira a permitir que os bancos privados possam destinar os 2% previstos na lei, por meio de aporte direto às instituições de micro-crédito.

### Turismo

---

- representação dos municípios nos Fóruns Estaduais de Turismo;
- garantia de participação efetiva dos Municípios em todos os programas de promoção e comercialização do turismo no Brasil;
- garantir uma efetiva ampliação do percentual específico no orçamento da união, mantendo-se os atuais procedimentos democráticos para a sua utilização nos Estados e Municípios.
- viabilizar para que o Proger possa atender aos Municípios por meio do desenvolvimento turístico de seus territórios, seja com a melhoria da infra-estrutura turística existente ou com a capacitação de mão-de-obra especializada no setor turístico.

### Agricultura

---

- que sejam operacionalizadas por meio das federações e associações de Municípios, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), nas suas três linhas de crédito e o Pronaf Infra-estrutura;
- que sejam respeitadas na definição dos territórios do Pronaf Infra-estrutura as divisões das Associações Municipais existentes. No caso de modificação destes territórios que sejam discutidas com as respectivas Associações e Federações;
- que os recursos dos programas de capacitação voltados aos agricultores também sejam repassados às associações de Municípios e agências de desenvolvimento intermunicipais.

### Regiões Metropolitanas

---

- buscar um novo arranjo institucional adequado para lidar com a gestão das regiões metropolitanas e incentivar a criação de consórcios.

# Presença de governadores amplia o debate do pacto federativo

A presença de dois governadores de estado na VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios contribuiu para ampliar o debate em torno do pacto federativo. Somente com a participação das três instâncias da federação - União, Estados e Municípios - o País caminhará para o equilíbrio entre atribuições e receitas. Os governadores Germano Rigotto e Luiz Henrique, falam sobre o Federalismo:



**Germano Rigotto**  
**Governador do Rio Grande do Sul**

"O atual governo do presidente Lula vai ter que enfrentar esta realidade que, ano após ano, vem crescendo de uma forma absurda, concentrando recursos nos cofres da União, em detrimento de Estados e Municípios.

Lula sabe da gravidade dessa situação e vamos ter que, juntos, enfrentá-la. E fazer com o que o Brasil tenha uma federação, não que seja uma federação apenas na Constituição mas uma federação verdadeira, pela distribuição de recursos entre os entes federativos, pela descentralização dos recursos e por tudo aquilo que representa uma verdadeira federação."



**Luiz Henrique da Silveira**  
**Governador de Santa Catarina**

"A primeira pergunta é por que o Brasil é a 11ª nação do mundo em termos econômicos e a 64ª em termos sociais? Por que temos alguns "Brasis" ricos e outros tantos pobres?

Para mim, a causa de tudo é a centralização. Nós temos um país federado, mas de cada R\$ 100,00 arrecadados pelos brasileiros R\$ 65,00 ficam em Brasília, R\$ 22,00 nos estados e R\$ 13,00 nos Municípios. O governo federal já criou um clima de discussão do pacto federativo. Vamos fazer desse vento a favor, desse vento de mudanças o momento para o novo pacto."

FOTOS: ANTONIO CRUZ / ABR

# **Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**

Reunidos na VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, entre os dias 16 e 18 de março de 2004, Prefeitos e municipalistas brasileiros se irmanaram ao compromisso do Governo Federal com a estratégia de condução do País a novos rumos de desenvolvimento. Este compromisso é expresso no tema central da Marcha, o Federalismo e o Poder Local como Fatores de Desenvolvimento.

Nas próximas páginas, publicamos a Carta da VII Marcha, assinada pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski e o coordenador geral da FNP, Marcelo Déda. Este documento é um compromisso da parceria de todas entidades municipalistas com o governo federal para o desenvolvimento do Brasil.

# A Carta da VII Marcha

O fortalecimento da Federação, na concepção dos participantes da VII Marcha, é um recurso para que o País promova o desenvolvimento econômico e social, com redução de desigualdades, promoção de equidades e fortalecimento da democracia. As políticas de desenvolvimento do País são de responsabilidade partilhada das três esferas de governo e os dirigentes municipais se comprometem, de maneira mais específica, com a promoção do desenvolvimento local/regional.

O fortalecimento da Federação demanda o compartilhamento de responsabilidades e a construção de mecanismos efetivos de diálogo e negociação federativa. Na perspectiva da União e dos Municípios, este processo foi vitorioso no ano de 2003, a partir da construção e da atuação efetiva do Comitê de Articulação Federativa.

A presença de representantes dos três entes federativos na VII Marcha, debatendo as Perspectivas para o aprofundamento do Pacto Federativo e a atuação articulada dos Governos Federal, Estadual e Municipal, fato inédito em nosso país, mostra que é chegado o momento de construir mecanismos de negociação federativa plena, coerente com o desenho Constitucional brasileiro.

Alguns consensos, já identificados, compõem uma pauta inicial de discussão e pactuação tripartite, dentre eles, podem ser destacados: a revisão dos instrumentos de gestão metropolitana; a formulação de estratégias para o desenvolvimento regional; a construção de instrumentos de cooperação federativa, incluindo a regulamentação dos consórcios públicos; a regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal e, ainda, a finalização e regulamentação das Reformas Tributária e Previdenciária. A Federação também possui contenciosos, que devem ser reconhecidos e trabalhados ao longo do ano de 2004.

A VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios também fez um balanço das relações entre o Executivo Federal e os Municípios, proposto pelo Presidente Lula no ano de 2003, quando participou da VI Marcha. Reconhecendo a existência de avanços nas relações com o Governo Federal em 2003, principalmente em função da atuação do Comitê de Articulação Federativa, os Prefeitos cumprimentam o Governo Federal pelo compromisso com o diálogo e com os temas que compuseram a pauta municipalista durante o ano de 2003.

A Carta apresenta uma síntese dos entendimentos obtidos junto ao Governo Federal e os pontos que ainda precisam ser discutidos para a reestruturação do pacto federativo, esta que é a principal meta do municipalismo.

### Conquistas em 2003

As lideranças municipalistas destacam a aprovação dos seguintes diplomas legais:

- Lei Complementar nº 116/2003, que amplia a lista dos serviços tributados pelo ISS;
- Lei nº 10.832/2003, que cria a quota estadual e municipal do salário-educação, com repasse automático dos recursos devidos aos Municípios;
- Lei nº 10.709/2003, que regulamentou as competências dos Estados e Municípios pelo transporte escolar de seus respectivos alunos;
- avanços obtidos na Reforma Tributária e, ainda, a participação na distribuição dos recursos da Cide e a possibilidade de transferência de 100% do ITR aos Municípios que se responsabilizarem pela arrecadação desse imposto.

### Propostas para Reforma Tributária

As propostas apresentadas ao Governo Federal por meio do documento “Pauta de Reivindicações Municipalistas” podem ser resumidas em duas dimensões:

- votação da segunda fase da Reforma Tributária e
- apoio à aprovação dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, considerados prioritários pelos Municípios.

Os Municípios reivindicam o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo na votação da chamada segunda fase da Reforma Tributária, com vistas a atender interesses dos Municípios já negociados e consensados no ano passado, como:

- acréscimo de 1% na participação do FPM sobre o Imposto de Renda e sobre o IPI;
- criação de um fundo de R\$ 3 bilhões para o FPM no período 2005 e 2006;
- retirada do texto constitucional dos critérios de repartição do ICMS e fixação de novos critérios em legislação infraconstitucional;
- criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e regulamentação da participação dos Municípios no mesmo;
- limitação do pagamento de precatórios a 2% da receita corrente líquida dos Municípios.

## Compromissos para 2004

Quanto ao apoio do governo federal e do Congresso Nacional, os Municípios reivindicam o compromisso para:

- aprovação da reforma tributária, com as emendas apresentadas pelos Municípios;
- arquivamento da PEC 574/02, que trata dos gastos com legislativos;
- aprovação do projeto de resolução do senado nº 57/03, que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras, com modificações na sua redação de forma a não caracterizar tal operação como endividamento;
- exclusão de dispositivos incluídos pelo Senado no PLP 183/01 - Projeto de Lei Complementar do ISS, mantendo tão somente aqueles que beneficiam os Municípios e corrijam os vetos à Lei Complementar nº 116/03;
- aprovação da PEC 320/96, dispondo que o julgamento dos Prefeitos deverá ser procedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- alteração da MP 167/04 - que trata da regulamentação da reforma da previdência, modificando o dispositivo que regula a exigência da contrapartida mínima patronal, de forma que ela seja estabelecida tendo em vista o cálculo atuarial do sistema.

## Agradecimentos

Por fim, os prefeitos, vereadores, secretários municipais e demais municipalistas reunidos em Brasília, reconhecem que a participação do Presidente Lula, de 14 Ministros de Estado, de 2 Governadores, de parlamentares e de integrantes das equipes de governos municipais, estaduais e federal na VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios construiu ambiente favorável à afirmação da força do municipalismo e ao fortalecimento do pacto federativo brasileiro. Agradecem, ainda, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, Petrobras, Eletrobrás e Sebrae pelo patrocínio necessário à realização deste evento memorável.



- 1 - Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, e Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e prefeito de Mariana Pimentel, Rio Grande do Sul;
- 2 - Marcelo Déda, coordenador da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e prefeito de Aracaju, Sergipe, e o Presidente Lula;
- 3 - Tarso Genro, Ministro da Educação;
- 4 - José Irineu de Carvalho, Prefeito de Pereiro, Ceará.

# Lula disse...

A sétima edição da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios mostrou que Prefeitos e Prefeitas têm um importante compromisso, pelo menos nos próximos dois anos, em Brasília: encontrar com o presidente da República no primeiro trimestre de 2005 e 2006. Ao prestigiar, pela segunda vez ao maior evento municipalista, promovido pela CNM, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comprometeu-se a estar presente na Marcha até o final do seu governo.

A presença de Lula consolida de vez o novo relacionamento entre Governo Federal e Municípios, iniciado na VI Marcha, no ano passado. Lula entra para a história do municipalismo brasileiro como o primeiro Presidente da República a prestigiar o evento.

Lula destacou em seu discurso que, com exceção da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, os Prefeitos nunca tiveram tantas conquistas. E garantiu que vai continuar a ser assim, mesmo que este seja um ano eleitoral para escolha de novos prefeitos nos 5.558 mil Municípios brasileiros.

O presidente tocou em pontos importantes de interesse dos Prefeitos como saneamento básico, alfabetização, transporte escolar, escoamento da produção agrícola e financiamento da habitação, entre outros.

Acompanhe, nas páginas seguintes, os principais tópicos do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na VII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.



FOTOS: CARLOS RUDINEY

## Compromisso

Estou aqui mais feliz do que estive em março do ano passado. Primeiro, porque estou cumprindo o compromisso que assumi, de que viria, neste ano, outra vez, à Marcha dos Prefeitos. E já assumo o compromisso de vir à próxima Marcha dos Prefeitos. E estou aqui feliz, Paulo (Ziulkoski), porque, embora não tenhamos feito tudo aquilo que vocês sonharam, reivindicaram, a verdade é que em nenhum momento da História deste país, fora o momento da Constituição de 1988, os Prefeitos tiveram tantas conquistas como estão tendo agora.

## Pacto Federativo

Portanto, este ano, Paulo (Ziulkoski), é um ano em que eu diria para vocês: os Prefeitos deste país, os governadores e o presidente da República só têm motivos para acreditar que, quando nos reunirmos no próximo ano, não só o artigo 23 poderá estar totalmente regulamentado, bem definido. O jogo para definir o papel dos entes federativos, o papel de cada um, mas, sobretudo, para que a gente possa medir os avanços dos Municípios na área da saúde, da educação, do transporte e da alfabetização.

## Nova ordem

Estamos aqui para dizer para vocês que vai continuar a ser assim. Sei que aqui tem muita gente nova. Mas aqui tem gente velha, que já veio aqui e que nunca conseguiu ser atendido pelo presidente da República. Tem gente que está lembrado do tempo em que a Marcha era recebida por cachorros policiais e por policiais. Tem gente que está lembrado do descaso que era feito a vocês, até por ministérios do próprio estado, das cidades a que vocês pertencem. E a ordem, no meu Governo, é que nenhum ministro tem que deixar de vir a qualquer debate que for convidado – qualquer que seja o tema.

## Comitê Federativo

Estou feliz de estar aqui porque eu sei que já fizemos muito mais do que muita gente esperava e muito menos do que as pessoas necessitam que a gente faça. Estou aqui com a consciência tranqüila de que não é pouco criar o Comitê, como nós criamos, funcionando na Casa Civil, agora funcionando sob a batuta do companheiro Aldo Rebelo, para não permitir que nenhum Prefeito venha a Brasília e volte para a sua cidade sem ser recebido pelo ministro, pelos diretores da Caixa Econômica.

## Críticas

Eu penso, Paulo Ziulkoski, que por qualquer lugar deste país que você andar você tem todo o direito, você e o José do Carmo, de fazerem críticas ao nosso governo. E eu sei da lealdade com que vocês têm se comportado em todos os debates. Não tem nenhum problema se fizerem crítica porque eu já fiz tanta crítica aos outros que, quando fazem a mim, eu já estou calejado para conviver democraticamente com elas. A única coisa, Paulo, que eu gostaria que você nunca deixasse de reconhecer é que, na história da militância municipalista, nenhum governo tratou vocês com o respeito e com a decência com que nós estamos tratando, e pretendemos aperfeiçoar muito mais esse relacionamento.



## Nos Municípios

Acho importante dizer para vocês – eu poderia repetir aqui as palavras que eu utilizei na 6ª Marcha, depois do discurso do companheiro Paulo. Em 1984, quando o vice-governador de São Paulo era Orestes Quéricia e coordenava uma frente municipalista em São Paulo, eu fui convidado a fazer um discurso. E, na época, eu dizia que o ideal seria que boa parte dos recursos ficassem nos Municípios, porque é exatamente no Município onde a pessoa mora, trabalha, estuda, vai ao médico, tem o seu acesso ao lazer, e portanto, é a coisa mais próxima dele. E dizia também que era muito melhor, era muito mais fácil um munícipe encontrar um Prefeito num bar da esquina, num restaurante ou em qualquer lugar, do que encontrar um governador de Estado, um Presidente da República, um secretário ou um ministro. Portanto, o poder de pressão da sociedade é muito maior em cima do Município.

## Saneamento básico

Foi por isso que nós não medimos nenhum esforço para atender parte dos sonhos que vocês trouxeram da primeira vez. E não vou, Paulo (Ziulkoski), aqui, enumerá-los, você já disse alguns, outros ministros vão falar amanhã, mas devo lembrar apenas um, o ano passado, assinamos um contrato, em dezembro, para a liberação de 1 bilhão, 630 milhões para saneamento básico, contra 262 bilhões liberados em 2002, dos quais apenas 19 foram contratados. O Olívio Dutra deve ter falado que temos 3 bilhões, fora o orçamento, para investir em saneamento básico. E precisamos começar a discutir onde investir esses recursos, porque nós temos que levar em conta alguns índices que são precários no Brasil: desemprego e violência. E vocês sabem que, muitos deles acontecem em algumas regiões metropolitanas concentradas no Brasil, e se nós não resolvermos esse problema do emprego, e se não resolvermos o problema do investimento em saneamento, essas pessoas nem terão qualidade de vida e nem sairão do fio da navalha para cair na criminalidade.

## Alfabetização

A única possibilidade que nós temos de alfabetizar 15 ou 20 milhões de brasileiros que ainda estão sem ser alfabetizados é utilizarmos as Prefeituras. Porque, quem sabe onde estão os analfabetos é, efetivamente, o Prefeito, o secretário de Educação, que conhece cada rua, cada vila, cada bairro, cada “birosca” do seu Município. Portanto, não é o Governo Federal aqui, de Brasília, que vai detectar, pelo IBGE, onde está.

## Transporte escolar

Da mesma forma, a questão do transporte escolar. Nós sabemos quais são as dificuldades dos Prefeitos, eu tenho ouvido, e nós vamos caminhando. Não esperem que façamos tudo de uma única vez. Volto a repetir aqui: nós vamos estar juntos, o ano que vem; vamos estar juntos em 2006. Vamos poder conversar para medir, a cada ano, o que aconteceu, e vocês vão perceber que, no final de quatro anos, vocês tiveram conquistas que muitos de vocês lutaram tantos anos e não conseguiram conquistar.



## PPA

Depois, fizemos o PPA, numa discussão como jamais foi feita na História deste país, Paulo (Ziulkoski): 2.170 entidades da sociedade civil, pelo Brasil inteiro, participaram da elaboração do PPA, que está no Congresso Nacional para ser votado. E o PPA define os projetos básicos por região. E, dentro dos projetos básicos por região, vamos determinar, agora, com a aprovação do PPP, qual é aquele que vai ter parcerias com a iniciativa privada, qual é aquele que a iniciativa privada vai fazer e qual é aquele que o Estado vai fazer.

## Escoamento da produção

Estamos numa situação em que, se a nossa produção continuar a crescer, sobretudo a produção agrícola, nós teremos problemas sérios de exportação dos nossos produtos, seja pelo porto de Paranaguá, seja pelo porto de Santos, seja pelo porto de Sepetiba ou qualquer outro porto, porque quem anda pelo Brasil sabe que as rodovias não andam boas, sabem que as ferrovias, embora privatizadas, foram muitas delas praticamente esquecidas. E nós, agora, queremos, num trabalho de priorização, recuperar esse gargalo, recuperar portos, aeroportos, ferrovias e acabar com os gargalos principais das rodovias brasileiras, para ver se a gente consegue facilitar o escoamento da produção que este país tanto precisa exportar e que tão bem está produzindo.

## Financiamento para habitação

Ao mesmo tempo, vamos investir – se vocês não ouvirem ainda, vão ouvir amanhã, mas já falo, hoje, pelo Ministério das Cidades – nós vamos ter muito mais dinheiro pela Caixa Econômica para financiar habitação. E a nossa preocupação é que precisamos também definir no prazo menor possível, sobre aqueles cidadãos que não podem pagar a casa, por menor que seja a sua prestação. Tem uma parte que pode pagar. E, para essa, estamos discutindo com a Caixa Econômica Federal, que faça os contratos que puder fazer com empresários, mas que faça, sobretudo, aqueles para que a gente possa, quem sabe, financiar casa para o servidor público municipal, estadual e federal, aquele que pode garantir o desconto em folha e com o qual o construtor não corre nenhum risco de ter o seu investimento perdido. Estamos, inclusive, estudando a possibilidade de construir casas para a Polícia Militar, porque, muitas vezes, morando onde moram, muitos não podem nem chegar em casa com a roupa, com medo de serem assaltados pelo primeiro bandido da esquina. Ou quem sabe, mandar a mulher lavar a roupa e esconder dentro do quarto para que ninguém saiba que é policial.

## Foto na parede

Afinal de contas, o Brasil não é meu, eu é que sou brasileiro. E eu não quero passar para a História do Brasil apenas com uma foto pendurada num quadro, num salão do corredor do Palácio do Planalto. Eu quero poder, deixando de ser Presidente da República, andar nas ruas deste país e encontrar com vocês, onde quer que seja, e poder ser tratado como companheiro e poder tratar vocês como companheiros, independente das disputas que a gente tiver este ano.

## Ministério anuncia mais repasses para a saúde em 2004

Uma das grandes conquistas dos Municípios durante VII Marcha foi quando o Ministério da Saúde anunciou que Municípios de todo o país com menos de 30 mil habitantes receberão 50% a mais de repasses fundo para a área de saúde. O benefício foi estendido também a todas as cidades da chamada Amazônia Legal com população menor que 50 mil pessoas e para os Municípios que tenham assentamentos sem-terra e comunidades quilombolas registradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que terão aumento do atual repasse proporcional ao número de habitantes nessa situação.

Segundo o secretário executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner, a medida, que deve entrar em vigor já no mês de abril, que tem como objetivo principal privilegiar a atenção básica - especialmente o Programa Saúde da Família (PSF) - nas regiões mais afastadas e que tem o menor índice de desenvolvimento humano.

De acordo com estimativas do Ministério da Saúde, a elevação do repasse deve ser em torno de R\$ 120 milhões neste ano e atenderá a 2.400 cidades. Outra medida anunciada pelo secretário Gastão Wagner que discursou como ministro interino da saúde é a de que os pisos de atenção básica sofrerão reajustes, assim como os procedimentos de média e alta complexidade.

A correção será feita conforme o aumento populacional de cada Município contabilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-

tica (Ibge). Disse ainda que além dos dados do IBGE serão considerados também os relatórios do Incra sobre as comunidades assentadas e quilombolas.

Comunicou que o Ministério está estudando uma forma para melhorar o acesso nas regiões mais distantes dos pólos econômicos, e que está sendo discutido um novo modelo de serviço civil voluntário como, por exemplo, oferecer bolsas para médicos e enfermeiros em fase de residência para que exerçam um ano desse estágio em unidades de saúde de Municípios pequenos.

No caso dos hospitais, especialmente os pequenos, o Ministério estuda um novo formato de alocação de recursos, que deve privilegiar o investimento direto em 810 unidades de todo o país, tentando desburocratizar o sistema, para menos burocrático o financiamento dos procedimentos de saúde de acordo com necessidades regionais, de acordo com suas demandas específica em cada unidade, e assim, criar uma linha direta entre o ministério e o atendimento local.

Finalmente, o secretário ressaltou que, dando continuidade à expansão do Programa Saúde da Família em grandes centros urbanos, será feita a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) nas principais regiões do país, e que essa nova proposta busca reorganizar a atenção hospitalar e o aumento da oferta de serviços especializados. Como a ampliação das ações em saúde bucal com o lançamento do programa Brasil Sorridente, que foi anunciado pelo presidente Lula como a maior iniciativa da história neste campo, com previsão de investimentos de R\$ 1,2 bilhão até 2006.

## Incentivos para a educação

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou à União e ao Congresso Nacional reivindicações municipalistas para o ano de 2004, considerando a necessidade da busca de soluções às crescentes demandas municipais. Como resultado das reivindicações apresentadas, algumas ações já foram deflagradas pelo governo federal, das quais merecem destaque:

1 - aprovação da medida provisória nº 173 que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e o Programa para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de tratar sobre o repasse de recursos do Brasil Alfabetizado. As transferências já estão sendo efetuadas automaticamente em parcelas em contas específicas abertas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não havendo portanto a necessidade de convênio.

2 - repasse de recursos para o programa de transporte do escolar, no valor de R\$ 0,38 por aluno/dia do ensino fundamental da área rural que utiliza o transporte, permitem às secretarias de educação dos Municípios, estados e do Distrito Federal aplicarem na manutenção dos veículos e em serviços terceirizados, assegurando a transferência de recursos da ordem de R\$245 milhões.

3 - Ampliação de R\$ 387 milhões em 2003 para R\$ 420 milhões em 2004 do Programa de Apoio à Educação de Jovens e Adultos, beneficiando os Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

4 - incentivo à adesão de prefeituras ao programa Brasil Alfabetizado, com recursos repassados diretamente aos Municípios e estados, possibilitando a conexão entre alfabetização e a continuidade das ações na educação de jovens e adultos.

5 - Repasse de recursos em caráter extraordinário, para a recuperação das escolas atingidas pelas chuvas neste início de ano, por meio do Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) emergencial.



## Programa Nacional de Transporte Escolar

Foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Medida Provisória 173/04, que destina R\$ 251 milhões para o transporte escolar, R\$ 420 milhões para a Educação de Jovens e Adultos e R\$ 180 milhões para o Programa Brasil Alfabetizado.

Esta era uma antiga reivindicação dos Prefeitos e que foi finalmente acatada pelo Governo Federal. Estes recursos vêm da desvinculação do salário-educação e de remanejamento de recursos orçamentários. O Governo Federal repassará aos Municípios R\$ 0,38/dia por aluno de ensino fundamental que more ou estude no meio rural, que segundo o censo do ano passado são 3,2 milhões de estudantes assegurando a conservação dos ônibus escolares, os recursos irão beneficiar os estudantes durante 200 dias letivos de 2004.

Para a compra e manutenção do transporte escolar no Brasil, foi garantido um reforço de R\$ 246 milhões. Os recursos para o transporte escolar, antes eram repassados para a compra de veículos, sob a forma de transferência voluntária, agora com essa medida, serão transferidos automaticamente pelo FNDE. Serão enviados R\$ 0,38 por aluno/dia para transporte de 3,2 milhões de estudantes da zona rural

## Sala para Prefeitos

Foi inaugurado pelo MEC, por meio do Fnde, também durante a VII Marcha a Sala de Atendimento Institucional para aprimorar o atendimento aos Prefeitos, Parlamentares, Secretários de Educação e outras autoridades que procuram informações do ministério. A sala fica na sede do FNDE, no Setor Bancário Sul, quadra 2, bloco F, térreo do edifício Áureo, em Brasília.

## Saneamento

Para a área de saneamento, será regulamentada a Política Nacional de Saneamento e do marco regulatório do setor, e o Programa Pró-Saneamento-2004, que irá contratar investimentos em saneamento ambiental - água, esgoto e resíduos sólidos - em aproximadamente 500 Municípios, envolvendo a aplicação de R\$ 2.989.000.000,00.

## Habitação

Já na área da habitação, como o orçamento é 40% superior ao aplicado no ano passado - R\$ 7,4 bilhões -, será possível atender 580 mil famílias e gerar 500 mil empregos. Ainda durante o mês de abril, serão realizados dois leilões de recursos do PSH para o ano de 2004, disponibilizando, no total, 50.000 contratos de financiamento habitacional, num montante estimado em R\$ 320 milhões.

## Programa Dinheiro

### Direto na Escola

O Fnde dispõe, para este ano, de R\$ 5 milhões para aquisição de veículos destinados às instituições mantidas por organizações não governamentais (ONGs), filantrópicas e sem fins lucrativos, mantenedoras de escolas especializadas no ensino fundamental. Nesse caso, o critério utilizado é a formalização de convênio

### Dinheiro Direto na Escola

Foi anunciado também um repasse da ordem de R\$ 40 milhões para auxiliar as escolas que foram atingidas pelas enchentes.

ICONOGRAFIA: LUCAS RF

## Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Ainda segundo a Medida Provisória que está sendo regulamentada pelo Congresso Nacional, o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), será ampliado de R\$ 387 milhões em 2003 para R\$ 420 milhões em 2004. Abril é a previsão do Ministério para que sejam iniciados os repasses feito o primeiro repasse aos Municípios, priorizando os com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A partir de agora, seu caráter será permanente, sendo ampliado o atendimento para mais 306 Municípios que foram conveniados no ano passado no Brasil Alfabetizado.

Ao todo, 1,92 milhão de alunos receberão o benefício, sendo 131 mil alunos oriundos do Programa Brasil Alfabetizado. A exemplo do Pnate, o EJA também terá transferência de recursos em parcelas automáticas.



## Brasil Alfabetizado e Fundescola

O Ministério de Educação anunciou ainda durante a VII Marcha que o Programa Brasil Alfabetizado estaria entrando em nova fase, o que significa que a partir de agora os recursos serão repassados diretamente aos Municípios e Estados, e como transferência voluntária para o terceiro setor.

O Ministério acredita que assim, estará incentivando a adesão de Prefeituras ao programa, a continuidade das ações na educação de jovens e

adultos (EJA) e a incorporação dos Cefets e das universidades na capacitação de alfabetizadores e professores.

O MEC comunicou ainda, que o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) destinará recursos para a reforma de 33.110 salas de aula de 4.799 escolas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Fundescola atua nessas três regiões e utiliza recursos da ordem de 1,3 bilhão de dólares.

# Marcha a Brasília: reivindicações e resultados

## Bolsa-Família

**Reivindicação:** revisão e aperfeiçoamento do processo de unificação do programa, mantendo a contrapartida dos beneficiários.

**Resultado:** lançado para unificar os programas de transferência de renda como o Bolsa-Escola, Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás, o programa ampliou o número de famílias atendidas e o valor médio do benefício concedido. No final de junho de 2004, o Bolsa-Família contabilizava cerca de 4 milhões de famílias atendidas em todo País. A meta para dezembro é o atendimento de 6,5 milhões de famílias. A estratégia de expansão do programa priorizará as famílias que residem em regiões metropolitanas, onde a situação risco social é mais severa. Para isso, o Bolsa-Família exige que as crianças frequentem a escola, tenham carteira de vacinação em dia e que as gestantes façam acompanhamento pré-natal. Esta é a contrapartida que não se tem controle. A lei existe, que é a de Responsabilidade Fiscal, porém não vem sendo cumprida pelo governo federal e por alguns Municípios.

## Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti

**Reivindicação:** fortalecimento e ampliação do Peti

**Resultado:** foi publicada a portaria nº 369 em primeiro de julho desse ano. Ela tornou públicos os valores mensais dos recursos financeiros a serem transferidos ainda em 2004 pelo Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais de assistência social. O objetivo é a execução dos serviços assistenciais de ação continuada - Peti. O Programa destina-se à erradicação do trabalho infantil que são aquelas atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Hoje, são atendidas 810 mil crianças em 2.601 cidades de todo País.

## Programa de Atenção à Família

**Reivindicação:** ampliação do número de famílias e de municípios beneficiados.

**Resultado:** atualmente existem 500 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) instalados em 405 Municípios. Uma das diretrizes do programa é adotar a família como unidade de atenção para valorizar particularidades de cada grupo familiar e fortalecer vínculos familiares e comunitários. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) prevê a liberação de R\$ 34,5 milhões para implantar o programa em mais 250 Municípios. Tanto o trabalho do Centro de Referência quanto o da Rede serão financiados pelo MDS, em conjunto com estados e Municípios num processo de co-financiamento, como prevê a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O MDS repassará aos Municípios R\$ 30 por família atendida. Metade deverá ser usada para custear a equipe técnica do centro. O restante será investido na rede local para potencializar programas, projetos e serviços da Rede Sócio Assistencial Básica do Município.

## Cadastro Único

**Reivindicação:** repasse de verbas de todos os programas sociais em atraso desde janeiro deste ano.

**Resultado:** não houve resultado positivo, pois problemas no cadastro dos programas sociais do governo fizeram com que mais de 205 mil famílias recebessem durante meses recursos do Bolsa-Família e de programas como o Bolsa-Escola, Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás que deveriam ter sido unificados no Bolsa-Família. Uma ação para solucionar e reduzir o risco de duplicidade é acelerar o processo de criação de um número de registro social único (NIS) e migrar as famílias dos programas sociais anteriores para o Bolsa-Família. Diante da constatação do pagamento duplicado a benefícios dos programas sociais, a CNM orienta que as Prefeituras analisem e ajustem os cadastros junto ao MDS.

# Temas para a Marcha a Brasília 2005

São mais de 20 os temas que irão compor o programa oficial da VIII Marcha a Brasília em março deste ano. Especialistas da CNM e do Governo Federal estão trabalhando na elaboração da pauta de discussão do evento que será divulgada no site [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br). Confira alguns dos principais tópicos:

- Instituição do regime próprio de previdência e a busca pela compensação financeira pelos Municípios como forma de buscar o equilíbrio fiscal;
- Ações que os Municípios podem desenvolver visando o alcance das metas do milênio pelo Brasil;
- O debate da proposta para a Política Nacional de Saneamento Ambiental;
- O financiamento da educação face ao término do Fundef em 2006;
- O Município como promotor do desenvolvimento local e regional através de ações nas áreas de desenvolvimento agrário, turismo, meio-ambiente, ciência e tecnologia e outras que gerem emprego e renda;
- Como obter recursos para o desenvolvimento e infra-estrutura urbana;
- Responsabilidades dos Municípios como executor das políticas sociais da União;
- Aumento dos recursos para a saúde através da regulamentação da emenda constitucional nº 29/2000;
- Ações que o Município pode adotar para implementar a sua modernização administrativa de forma a gerar economia de recursos;
- Interlocução dos Municípios com o Congresso Nacional em busca da aprovação dos projetos de seu interesse;
- A formação de consórcios públicos municipais frente a nova proposta de legislação;
- O impacto da Reforma Tributária nas finanças municipais e o aumento do FPM; e
- Pauta municipalista para 2005.

PROMOÇÃO:

APOIO:



PARCEIROS:



[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)